

Mário Soares gosta de vir a público, em momentos escolhidos, fazer papel de bom conselheiro. Em 14 de Setembro falou à TSF sobre a situação “grave” do país, rematando a conversa com esta pérola: “Não basta descer uma avenida e gritar que se quer mais salários. É preciso saber de onde é que o dinheiro vem”.

Claro que não foi para incentivar os trabalhadores a lutarem mais e de outras formas que Soares falou. O que ele pretendeu, com ar de papa, foi desvalorizar os protestos e as manifestações de rua, e insinuar que a solução está em trabalhar mais para que haja “mais dinheiro”.

Antecipa-se evidentemente à jornada de luta de 29 de Setembro, dando-a como inútil e desmotivando os trabalhadores de nela participarem.

Na verdade, se se limitarem a “descer a avenida”, os trabalhadores nada ganham; mas sobretudo nada ganham enquanto se deixarem convencer de que a solução para a sua crise (a da sua classe) está em trabalhar mais.

Basta ver o seguinte. Depois de um ano e tal de recessão (de meados de 2008 ao final de 2009), os negócios capitalistas voltaram a crescer, mesmo a ritmo lento. Não obstante, o desemprego sobe continuamente desde que rebentou a crise, atingindo valores recorde e prometendo prosseguir. Com menos mão-de-obra (perto de 500 mil postos de trabalho a menos), o capital no seu conjunto retoma os ganhos e os lucros. Quer dizer, a exploração da força de trabalho aumentou consideravelmente e cresceu a parte da riqueza transferida para o lado do capital. Capital mais rico, trabalho mais pobre.

É aqui que bate o ponto. Na resposta à crise não há uma solução nacional, “patriótica”, de consenso de classes. O choque de interesses entre capital e trabalho mostra-se nestas alturas mais gritante que nunca. Os trabalhadores sabem bem “de onde vem o dinheiro” – por isso não podem limitar-se a descer a avenida a gritar.



Greves gerais, jornadas de luta, manifestações . 29 Setembro

Europa em luta

Só nos últimos três anos, 30 milhões de postos de trabalho foram aniquilados em todo o mundo, elevando o desemprego para 210 milhões, dos quais 20 milhões na Europa. Entretanto, os lucros das principais empresas (e não só da finança) crescem mesmo quando há baixa do volume de negócios; em muitos casos crescem tanto o volume de negócios como os lucros – sempre com um denominador comum: a redução drástica do emprego. O que significa aumento da exploração da força de trabalho.

A crueza da crise mostra mais claramente que o capitalismo não é uma máquina de produzir emprego, mas de produzir lucro.

A resposta dos trabalhadores a esta situação não passa por criar ilusões sobre uma “recuperação económica com criação de emprego” – porque essa não é a realidade. Passa sim por colocar em primeiro lugar os seus interesses de classe, de modo a empurrar os custos da crise para cima do capital.

páginas centrais

Mais de 700 mil desempregados efectivos *pág. 3*

O sentido da revisão constitucional do PSD *pág. 4-5*

A expulsão dos ciganos de França *pág. 12*

Sobre José Saramago

Em reacção ao texto evocativo de José Saramago publicado no anterior MV (Maio-Junho) e na nossa página electrónica (em 10 de Julho), dois leitores manifestam posições de concordância e de discordância. Estes e outros comentários podem ser lidos na íntegra no nosso site.

“Acariciar o povo”

Obrigado Jornal Mudar de Vida, obrigado por dizerem algumas verdades. E eu sendo comunista desse mesmo PCP que o Saramago era, subscrevo essas críticas.

Nestes tempos negros de crise social, apatia e desânimo, fico feliz que haja quem ouse criticar a sacrossanta pequena-burguesia intelectual.

Esta intelectualidade dita progressista que acaricia o povo com a sua misericórdia – a sua peninha – para depois lhe espetar uma faca nas costas, no mínimo, merece que lhe apontem as suas traições. Como a vaidade pode ser venenosa!

Pessoa era um fascitazóide sim senhor, a sua maior inclinação por este ou por aquele ditador

fascista não dá para branquear o seu ódio confesso à luta de classes, à revolução, a comunistas, socialistas e anarquistas e à própria classe operária. Isto foi assumido frontalmente pelo Pessoa. Agora há certa pequeno-burguesia que glorifica a obra intelectual acima de qualquer critério moral ou político que procura pintar o Pessoa de progressista.

Mas não adianta, a beleza da sua poesia não apaga a crueldade das suas afirmações. O Pessoa defendeu um regime responsável por incontáveis torturas, perseguições, assassinatos e sofrimentos.

O que a pequena-burguesia tenta esconder com o branqueamento dos seus artistas (e o Pessoa é ele próprio um ícone pequeno-burguês) é que ela própria,

mesmo alguma dita progressista e até radical, odeia o povo e os que lutam por uma revolução proletária.

Luís Vasco

“Sofria de desgosto”

Parabéns Saramago pelo teu anti-clericalismo militante. Vocês fazem-me lembrar o Vaticano, estiveram à espera que Saramago morresse para o criticarem. Assim não se pode defender, nem tem direito ao contraditório...

Dos “comunistas” que eu conheci e conheço, se calhar foi ele o que se comportou menos mal entre todos os outros. Compará-lo a Fernando Pessoa, acho que é ir longe demais.

Na minha opinião, Saramago sofria de desgosto do fracasso do chamado socialismo real e por isso deixou de crer no “comunismo” puro e duro do fuzilamento e da vala comum. Confrontou Cunhal por causa da democracia interna e pela não abertura do partido a outras sensibilidades, etc.

Mais tarde os PC's colocaram-no na lista dos dissidentes, por não alinhar totalmente com as

posições do chefe supremo. Depois Saramago “brincou” com isso. E em termos práticos, Saramago já há muito que estava desfilado do PC; o PC em termos práticos é que nunca se desfilou de Saramago!

Recusou mexer na crosta das feridas provocadas pelo partido - disse pouco tempo antes de morrer ao Público. A esquerda à esquerda do PS que eu conheci e conheço, todas da área do marxismo, sempre se digladiaram uns aos outros - não só entre partidos como também entre pessoas até do mesmo partido.

Depois, há uns que se reclamam da mais pura ideologia marxista/comunista, acusando outros de desvios, disto, daquilo, etc. Adriano Correia de Oliveira foi vítima deste tipo de gente, empurraram-no para a “morte lenta” (ver Público de 01/11/92). O Zeca não escapou também às provocações, mais propriamente dos grupos maoístas na altura do PREC.

Uma coisa é certa - Saramago deixou cá muitos Sousas Laras, espero que não tenha ficado nenhum de esquerda.

António Alvão

Apelo Faz uma assinatura do MVpapel

Desde que apareceu, o MV está disponível na *internet*, gratuitamente. Aí é possível manter informação actualizada e comentar os artigos.

A edição em papel é condicionada pelo número de páginas e pela periodicidade. Mas tem vantagens: chega a outros leitores, origina outros contributos, suscita mais reflexão, permite debate em grupo.

Simplemente... tem custos! Por isso apelamos à divulgação e à assinatura do MVpapel. Só com mais assinaturas podemos suportar os custos de impressão e de envio.

Procuramos uma divulgação mais alargada do jornal e dos princípios políticos do manifesto em que nos baseamos **Mudar de Vida - Reerguer a luta contra o capital**.

Não semeamos ilusões na colaboração de classes. Divulgamos e apoiamos as lutas diárias. Apostamos em incutir nos trabalhadores confiança nas próprias forças, repúdio pela ordem capitalista, consciência e determinação revolucionárias.

Apoia esta luta. Assina o MVpapel. Distribui-o. Oferece uma assinatura a um amigo. O debate de ideias faz falta.

FICHA TÉCNICA

Redacção Cristina Meneses, Manuel Raposo, Pedro Goulart

Colaboradores António Louçã, Carlos Completo, Carlos Simões, François Pechereau, Manuel Vaz, Rita Moura, Urbano de Campos

Site David Raposo

Contactos

Apartado 50093 S. João de Brito 1702-001 Lisboa

jornalmudardevida@gmail.com

www.jornalmudardevida.net

ASSINATURAS

10 números / Donativo mínimo: 15€ Apoio: o mais possível

Como fazer uma assinatura:

No site www.jornalmudardevida.net (>Assinaturas): indique nome, morada, código postal, indique o número a partir do qual inicia a assinatura e transfira o seu contributo numa caixa Multibanco (seleccionando “Outras Operações” e “Transferências”), para o NIB 0007 0000 00682481622 23. Envie-nos um e-mail a comunicar a transferência.

Por correio: envie nome, morada, código postal, indique o número a partir do qual inicia a assinatura e junte um cheque traçado, ao portador.

Demagogia patronal perante o desemprego

Mais de 700 mil desempregados efectivos

Em 17 de Agosto foram divulgados os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) relativos ao desemprego existente no segundo trimestre deste ano: são 590 mil desempregados, correspondendo a 10,6% da população activa. Com uma situação agravante: tem crescido fortemente o número de desempregados de longa duração (os que estão sem trabalho há mais de um ano), representando actualmente mais de metade do total dos desempregados. Mas, se a estes números oficiais adicionarmos os inactivos disponíveis (mais de 70 mil) e o subemprego visível (60 mil), obteremos 730 mil desempregados efectivos, que correspondem a cerca de 13% da população activa.

Entretanto, vários patrões têm-se queixado do facto de pretenderem contratar trabalhadores para as suas empresas e de não o conseguirem fazer, por falta de resposta às respectivas ofertas. Alguns destes casos, divulgados por empresários e propagandeados nos media pelos seus papagaios amestrados, têm sido um dos suportes de campanhas demagógicas contra os desempregados. Mas, muitas vezes, estes senhores não explicam quais são os salários que estão dispostos a pagar e as condições de trabalho que querem impor aos contratados. No mesmo dia em que saíam os dados do INE, o patrão das Torneiras Roriz lastimava-se ao Jornal de Negócios dizendo que há três meses procurava, sem sucesso, quatro pessoas para a empresa e que oferecia "aquilo que a lei manda", isto é, 475 euros brutos. Também, no mesmo jornal, pode encontrar-se um editorial de serviço, de João Cândido Silva: "São gestores e empresários que querem expandir os seus negócios e que, para o conseguirem, precisam de mais mão-de-obra, que denunciam a situação. Procuram no mercado, mas não conseguem encontrar quem esteja disponível para preencher um novo posto de trabalho. Daqui até se poder concluir que há algo de estranho que precisa de ser investigado,

esclarecido e combatido vai apenas um pequeno passo". E, depois de referir que "campeia a aldrabice" no mundo do trabalho e aqueles "que preferem não ter actividade e beneficiar da generosidade dos cofres públicos", Cândido Silva salienta o facto de grande parte das famílias portuguesas ser proprietária (com grande pena dele) da casa onde habita, o que, somado à actual lei das rendas (que critica), não constitui uma "ferramenta para dar luta à falta de mobilidade da mão-de-obra em Portugal".

Ainda, Francisco Madelino, presidente do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e homem sempre pronto a "tratar" os dados do desemprego conforme a vontade do governo, também dá aí razão a estas vozes patronais, afirmando: "Estamos a articular-nos com a Segurança Social no sentido de melhorar os sistemas de fiscalização. Acreditamos que por via desses mecanismos e das alterações legislativas que foram feitas (redução do subsídio de desemprego, assim como regras mais exigentes para obrigar à aceitação de emprego) podemos neste segundo semestre detectar cerca de 10 mil pessoas em situação fraudulenta". Perante a crueza dos números do desemprego e enquanto o governo discute décimas e recebe os novos dados como uma "boa notícia", vejamos o



caso dos tais trabalhadores que rejeitariam empregos. Aceitando como fiáveis algumas estimativas de origem patronal, entre 10 e 30 mil postos de trabalho oferecidos pelas empresas teriam ficado por preencher. Ora, em relação ao elevado número existente de homens e mulheres sem trabalho, tal corresponderia apenas a cerca de 3% do total dos

desempregados, o que evidencia claramente a demagogia praticada por alguns políticos e patrões a propósito do tema. De facto, tal cruzada só se pode justificar como fazendo parte de uma guerra total pela "flexibilização" das relações laborais, de modo a permitir uma exploração sem freio dos trabalhadores.

Pedro Goulart

A morte de Paula R.

Mais um assassinato do capitalismo. Paula R. trabalhava há 19 anos numa empresa, em Lisboa, na Av. do Brasil, que comercializava móveis para escritório. Não sendo grande, a empresa muito vendeu durante vários anos, obtendo enormes lucros. O patrão podia assim viver num condomínio privado e todos os anos se pavonear com novos e variados carros de luxo.

Agora com o agravamento da crise do capitalismo e com menores lucros, o patrão desinteressou-se do negócio. Embora indicando na porta da empresa que terminava as férias no último dia de Agosto deste ano, despediu os trabalhadores antes de férias, tendo preparado nas suas costas a falência da empresa. Retirou todos os bens do seu nome e, com o argumento de que estava falido, em nada indemnizou os trabalhadores.

Paula, com 47 anos, não foi capaz de aguentar o brutal e traiçoeiro despedimento e, após vários acidentes vasculares cerebrais, faleceu. Numa época em que todos os pretextos e métodos têm servido para despedir quem trabalha, até os despedimentos por sms, a morte de Paula R. é mais uma a acrescentar ao já longo rol de vítimas do capital. Ao contrário das maravilhas que propagam alguns dos serventuários do sistema, o capitalismo, mesmo sem ser o das multinacionais, continua a matar diariamente. **Pedro Goulart**

O sentido político da revisão constitucional do PSD

Um estranho silêncio

A proposta de revisão constitucional avançada pelo PSD há semanas atrás caiu de súbito no esquecimento, parecendo este apagamento dar razão aos que classificavam a iniciativa de inoportuna. O caso merece contudo uma análise mais detalhada, uma vez que, a nosso ver, o assunto vai voltar de novo para cima da mesa – e nessa altura será a natureza política da proposta, os seus objectivos de base, que importará abordar.

As críticas que choveram sobre o anúncio da revisão avançada por Passos Coelho incidiram sobretudo na desadequação do assunto ao calendário político (“as preocupações dos portugueses e do país estão na resolução da crise”...), criticaram a precipitação da proposta, disseram que o documento foi feito sobre o joelho e que, por junto, resultou num tiro no pé. Tudo isto pode ser verdade, mas a questão política de fundo é outra.

Uma outra aposta

Primeira questão, o PSD viu chegado o momento de colocar em cima da mesa uma outra aposta política: não se trata já de fazer emendas ao quadro político herdado do 25 de Abril, em que nos movemos, mas de o alterar pela base. As operações avulsas que se sucederam desde há 30 anos (fosse em revisões constitucionais, fosse sobretudo na produção de legislação comum e na actuação dos governos) – no sentido de limitar liberdades, de conferir maior capacidade de acção ao patronato, de alargar poderes das polícias e dos tribunais, de condicionar e esvaziar a actividade dos sindicatos, de cortar as pernas às lutas laborais (a começar nas empresas), etc. – estas operações avulsas são agora dadas por ultrapassadas. O patronato precisa de passar a um novo estádio e sente que chegou a altura de o fazer. A proposta do PSD (por muito tosca que seja, pouco importa) traduz este propósito das principais forças económicas

capitalistas. Do ponto de vista partidário, o PSD quer colocar-se na linha da frente para poder ganhar o apoio do patronato e disputar a primazia que, até há pouco tempo, o PS teve nesse particular. Mas o caso vai muito para além desta simples disputa partidária.

Se nos lembrarmos de posições tomadas pelos sectores do poder ao longo dos últimos anos, e até de expressões utilizadas, perceberemos a consonância da proposta do PSD com esse movimento de fundo impulsionado pelos homens de negócios e pelos seus administradores políticos. O ataque ao serviço público de saúde, cujos beneficiários são os grandes grupos financeiros, teve por mote a frase lapidar, que fez carreira quando Cavaco Silva era primeiro-ministro e Leonor Beza ministra da Saúde, “quem quer saúde paga-a”. As revisões da legislação laboral, que sucessivamente facilitaram o despedimento e a sobre-exploração nas empresas, seguiu na linha do anúncio feito pelo empresário Belmiro de Azevedo, secundado por António Guterres, de que “emprego já não é para toda a vida”. O mesmo se poderia dizer para o ensino público, para a segurança social e por aí fora.

Um ataque de âmbito mundial
Segunda questão, o que agora está em causa não é apenas uma revisão da herança de 1974-75. O ataque agora desencadeado (de que o PSD é o protagonista de circunstância) é um ataque de nível europeu e mundial. A crise do capitalismo mundial força as burguesias

europeias a procurarem varrer os escolhos que lhes dificultam a competição com as demais potências capitalistas. Entre esses escolhos contam-se os direitos conferidos aos trabalhadores pelo chamado Estado social e os direitos sindicais. Há pois, neste momento, uma “directiva europeia” não escrita, nem sequer abertamente enunciada, que visa eliminar esses direitos não só nivelando por baixo salários e demais ganhos materiais dos trabalhadores (e a bitola aí é o nível dos salários do terceiro mundo!), como jugulando as organizações de classe. Reduzir o assunto da revisão constitucional ao “ataque às conquistas de Abril” seria ignorar a subida desta maré reaccionária em toda a Europa. Com duas consequências políticas imediatas: tratar como um mero “caso nacional” aquilo que é na verdade uma ofensiva internacional com particularidades nacionais; e privar, consequentemente, os trabalhadores portugueses da necessária coordenação com a resistência dos trabalhadores europeus ao mesmo tipo de políticas.

O PS pavimentou o caminho

Terceira questão, a proposta do PSD não é um coelho tirado da cartola nem é de geração espontânea. Foi a política do PS dos últimos anos que lhe preparou o terreno. E essa política, levada a cabo por Sócrates nos tempos mais recentes, é por sua vez resultado de sucessivos “apuramentos”, de passos dados no mesmo sentido. Não é possível encontrar nos governos dos últimos 30 anos sinais de descontinuidade política, quanto mais de ruptura; pelo contrário, o que se vê a olho nu é a perfeita continuidade da actuação dos diversos protagonistas partidários, fossem do PS ou outros. A proposta do PSD é um ponto culminante deste processo.



Ora, isto levanta a questão do real papel do PS na política portuguesa. A aura de esquerda com que a direita e o patronato interessadamente o cobrem – mais do que a aura com que ele próprio se cobre... – leva repetidamente larga parte do eleitorado popular a ver nele uma “alternativa à direita”, ou pelo menos um mal menor. Mas se há ensinamento a tirar das últimas décadas é o de que uma verdadeira alternativa à direita, que se traduza numa inversão do rumo político, não passa pelo PS e só pode afirmar-se contra o PS. Passa por um movimento de massas, anticapitalista, que não implore uma mudança mas a imponha. É esse movimento que por ora não existe – e é a sua falta que dá margem de manobra à direita. Na ausência de um tal movimento, as propostas de mudança política situadas dentro dos limites do quadro de forças existente, como as que o BE e o PCP vêm fazendo, acabam assim por ficar prisioneiras do PS, apesar das críticas que lhe dirigem. Acabam por ficar na sua dependência estratégica. É este círculo vicioso que importa romper pela afirmação de um



pólo anticapitalista que congregue as massas trabalhadoras.

Vamos a ver se aprendemos

A proposta do PSD teve o condão de gerar no PS uma reacção de defesa, arvorando-se, uma vez mais, como paladino do 25 de Abril, do Estado social e por aí fora. Quando o assunto da revisão constitucional voltar à baila, será bom recordar o palmarés do PS no processo de recuperação capitalista e de ataque ao movimento popular; e mostrar como o seu discurso sobre liberdade, solidariedade e progresso encobre uma cumplicidade permanente com o grande capital e o imperialismo. A prática de tratar o PS como uma alternativa “menos má” e a esperança de o recuperar para “as forças de esquerda” só têm servido para confundir os campos e paralisar os trabalhadores. O argumento de não hostilizar o seu eleitorado popular não pode impedir-nos de o reconhecer como um partido de direita. Não será pela omissão desta realidade que se ganharão as massas que nele votam, mas pela afirmação de uma via anticapitalista que o desmascare. **Manuel Raposo**

O propósito do PSD

Destruir conquistas e direitos dos trabalhadores

O projecto de revisão constitucional do PSD tem sido objecto de debate e de grande polémica apesar da forte previsibilidade do seu conteúdo. Entre as numerosas alterações propostas, o projecto procura retirar da Constituição as expressões “tendencialmente gratuito” no que respeita ao Serviço Nacional de Saúde e “sem justa causa” na proibição dos despedimentos, sendo, sem dúvida, estas as duas questões que, entre as classes trabalhadoras e os pobres, devem provocar maior repúdio.

Contudo, não havia de que admirar. Este projecto corresponde a muito do que Passos Coelho promoveu na sua candidatura à liderança do partido, assim como ao que veio a expressar nos meses que se seguiram à sua eleição. Orientações que assentam na defesa dos interesses e ideias dos empresários, gestores e políticos que o catapultaram para a direcção do PSD e que estão altamente empenhados no desenvolvimento daquilo a que alguns chamam de capitalismo selvagem (por oposição a um capitalismo bonzinho?), mas a que nós, pura e simplesmente, designamos de capitalismo.

Apesar das palavras desdramatizadoras de alguns dos proponentes deste anteprojecto, das mistificadoras ou cruas justificações de vários dos seus intransigentes defensores, o que esta gente realmente pretende é acabar de vez com algumas ambiguidades, permitindo e promovendo abertamente num futuro texto constitucional a privatização da Saúde e do Ensino, assim como uma total flexibilização das leis do trabalho. Procuram, no fundo, levar a cabo, sem peias, aquilo que já tem vindo a ser ensaiado e praticado pelos governos do PS e do PSD (com o apoio do CDS).

Os promotores do anteprojecto de revisão do PSD, mesmo que não vejam nos próximos tempos aprovadas as alterações pretendidas ao texto constitucional, já conseguiram duas coisas: uma demarcação (falsa) face ao PS, com o objectivo de, num futuro próximo, substituírem o governo de José Sócrates; e o condicionamento das negociações do Orçamento do Estado de 2011. Fundamentados no seu projecto, procurarão impor aqui, forte e feio, maiores restrições orçamentais nas áreas da Saúde e do Ensino. E, como parte das negociações, irão ainda pressionar no sentido de uma maior “liberalização” da legislação laboral. Quanto ao PS, apesar de umas iniciais e fingidas indignações dos seus dirigentes, não temos dúvidas sobre a sua hipocrisia e de que, quando se tratar de negociar, aquele partido não terá pejo, uma vez mais, de se aproximar das posições do PSD em relação às questões essenciais. Aliás, em recentes declarações sobre a revisão constitucional parece que o que mais incomoda o PS já não são tanto as negociações, mas o *timing* da apresentação do referido projecto.

No que toca aos trabalhadores e revolucionários, não nos pode ser indiferente o resultado desta luta entre diversas fracções da burguesia (e projectos pessoais), na medida em que os seus resultados podem afectar gravemente as nossas vidas. Assim, devemos estar com todas as forças que se oponham sinceramente a mais esta ofensiva do capital. Mas, em articulação com a defesa dos nossos direitos e conquistas, é fundamental não descurar um combate autónomo, ideológico e orgânico, visando desde já a construção de uma alternativa de classe ao Estado capitalista e seus partidos. **Pedro Goulart**

Aumentos nas FA custam 50 milhões

O novo sistema retributivo das Forças Armadas, que entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2010, mesmo após ter sido determinado o congelamento salarial na Função Pública, vai custar cerca de 50 milhões de euros (já incluído o aumento com as despesas de representação). Apesar de o novo regime não implicar um aumento salarial automático, as primeiras promoções arrastaram os restantes militares para novas posições remuneratórias, que se traduz num aumento médio de cerca de 6% nos vencimentos. Além das Forças Armadas, também a PSP e a GNR parece que não serão afectadas pelo congelamento de salários no sector do Estado.

Salário mínimo em causa

Patrões, UGT e Ministério do Trabalho parecem estar de acordo quanto à necessidade de renegociar o salário mínimo (500 euros) já acordado para 2011. Embora tais entendimentos entre os diversos representantes do capital já não constituam novidade! Declarações de António Saraiva, da Confederação da Indústria, de Vieira Lopes, da Confederação do Comércio, de Pinto Coelho, da Confederação do Turismo, de João Proença, da UGT, e da ministra Helena André, apesar das nuances, todas admitem pôr em causa o previsto aumento do salário mínimo. Tudo isto, em nome da “crise” e do “realismo”! A CGTP recusa tal alteração e exige que a remuneração mínima aumente os 25 euros acordados.

Mais uma farsa

A corrupção e tráfico e influências na compra de dois submarinos no valor de mil milhões de euros investigados pelo ministério público alemão deviam, também em Portugal, pôr Durão Barroso e Paulo Portas como arguidos no processo. *Dura Lex, sed lex* é uma farsa: a justiça é dura para os fracos e mole para os fortes. **F. B.**

Greves gerais, jornadas de luta . 29 Setembro

Trabalhadores euro uni-vos!

Os números que publicamos nesta edição sobre o aumento dos despedimentos em Portugal retratam a razia sem precedentes que se verifica no emprego. O mesmo acontece em Espanha, com valores ainda mais altos. E o mesmo também na Europa e nos EUA.

Espanha e Portugal ocupam o primeiro e o quarto lugar deste desgraçado ranking europeu com mais de 20% e 11% de desempregados, respectivamente. Na média, o valor passa dos 18% para o conjunto da Península, ou seja mais de 5,3 milhões de pessoas.

Simultaneamente, na grande maioria dos países afectados, o desemprego continua a crescer a par de uma (apesar de débil) recuperação económica – o que aponta para uma conclusão óbvia: a recuperação dos negócios capitalistas está a fazer-se à custa da eliminação de postos de trabalho.

O facto não é inteiramente novo, na medida em que a recuperação das crises capitalistas sempre redundou numa diminuição da força de trabalho empregue – na lógica inerente ao sistema de reduzir o trabalho vivo através de meios de produção mais rentáveis. Mas há em todo o caso uma realidade nova: não está a verificar-se uma absorção, mesmo parcial, dos desempregados (como acontecia em fases de crescimento económico após as crises); pelo contrário, o desemprego aumenta ao mesmo tempo que se dá a recuperação.

A conferência realizada no início de Setembro, em Oslo, para debater as questões da recuperação económica e do emprego (uma sintomática parceria entre o FMI e a Organização Internacional do Trabalho), não fez mais, em boa verdade, que reconhecer os factos acima apontados e tentar moralizar sobre a situação.

As declarações que, pelo caminho, os responsáveis fizeram, a começar pelo director

do FMI Strauss-Kahn, denunciam em todo o caso o pânico e a inoperância que atinge as sumidades mundiais. “A crise não vai parar”, “o mercado de trabalho está em situação catastrófica”, “esta crise não é como as demais” – são algumas das constatações feitas.

Diante destes factos, nenhuma medida dignas de crédito foram tomadas; tudo se limitou a apontar “a necessidade” de criar 440 milhões de novos empregos na próxima década e a lançar o voto piedoso de que “recuperação sem criação de emprego não é recuperação”.

Contra isto fala a realidade. Só nos últimos três anos, 30 milhões de postos de trabalho foram aniquilados em todo o mundo, elevando o desemprego para 210 milhões, dos quais 20 milhões na Europa. Entretanto, os lucros das principais empresas (e não só da finança) crescem mesmo quando há baixa do volume de negócios; em muitos casos crescem tanto o volume de negócios como os lucros – sempre com um denominador comum: a redução drástica de postos de trabalho. O que significa aumento da exploração da força de trabalho.

Compreende-se – o capitalismo não é uma máquina de produzir emprego, mas de produzir lucro.

Os responsáveis mundiais reunidos em Oslo



sabem bem que a recuperação só se fará se for à custa do emprego. O que os preocupa são, por um lado, as possíveis consequências sociais do desemprego maciço; e, por outro lado, os efeitos a prazo na economia decorrentes da diminuição do poder de compra, em resultado do desemprego – ou seja, uma nova crise mais violenta ainda.

A resposta dos trabalhadores a esta situação não passa, dados os factos, por criar ilusões sobre uma “recuperação económica com criação de emprego” – porque essa não é a realidade. Passa sim por dar uma resposta, segundo os seus interesses de classe, que

Europeus,



Espanha Boas razões para a greve geral

Um estudo elaborado pelo Gabinete Técnico da Federação do Comércio Hotelaria e Turismo das Comisiones Obreras (central sindical espanhola) dá conta da evolução dos salários em Espanha na última década e meia. E mostra como muitas das conclusões não valem só para Espanha. Mais um argumento para a greve geral marcada para 29 de Setembro.

A primeira constatação é que o significativo aumento do produto interno bruto (PIB) nos anos de crescimento económico não foi acompanhado pelo crescimento dos salários. Nos 15 anos que vão desde 1994 a 2008 o PIB cresceu cerca de 50% e os activos financeiros perto de 100%; mas o salário médio não chegou a crescer 2% e os subsídios médios de desemprego reduziram em cerca de 30%. Deste modo, o peso dos salários na produção anual retrocedeu. Este processo, diz o estudo, é comum a quase todas as economias capitalistas e significa uma apropriação crescente dos frutos do trabalho por parte do capital.

Com efeito, no caso dos países da União Europeia os números mostram que a remuneração dos assalariados em relação ao PIB representava em 1960 cerca de 63%, subiu até aos 67% em 1975-76 e daí para cá declinou constantemente até 57% (2008). Em Espanha depois de um pico de quase 68% em 1977 desceu até cerca de 55% (2008).

Outro dado refere-se ao poder aquisitivo, isto é, a relação entre os salários e os preços no consumidor. Nos últimos anos essa relação manteve-se estável – mas apenas para quem recebe salários. Ou seja, os números oficiais não levam em conta o desemprego e escondem, portanto, a deterioração efectiva da capacidade de consumo média dos trabalhadores. Além disto, mesmo o poder de compra dos que trabalham foi diminuído com o corte do valor nominal dos salários praticado em 2010.

À desigualdade entre capital e trabalho junta-se uma outra: a desigualdade de remuneração entre assalariados.

O salário médio espanhol está em 18.244€ por ano (1520€ por mês, contra menos de 900€ em Portugal). Mas há muitas mais pessoas a ganhar abaixo dessa média dos que as que ganham acima. Cerca de 59% dos assalariados ganham menos de 18.500€, 36% ficam entre 18.500 e 24.000€ e 5% recebem acima de 24.000€.

Acresce a desigualdade entre homens e mulheres. Em média as mulheres recebem menos 20% que os homens. Mas as diferenças são mais acentuadas quando se observa a questão segundo os níveis salariais. Dos assalariados que ganham o salário mínimo, ou menos, mais de 74% são mulheres; dos que ganham entre um e dois salários mínimos mais de 58% são mulheres; e, a partir daqui, a percentagem de homens é superior à de mulheres, aumentando de nível para nível, de modo que, de entre os que ganham mais de oito vezes o salário mínimo, apenas 25% são mulheres.

Além desta diferenciação no valor dos salários, são as mulheres que mais têm empregos precários e a tempo parcial.

Os dados do estudo permitem ver a tendência permanente para degradar o valor dos salários, ou seja a parte do trabalho na riqueza produzida. Para além dos números referidos de início, é também ilustrativa a comparação entre os crescimentos do salário médio, da produtividade e do PIB. No período de 1995 a 2007, o salário médio por empregado cresceu apenas 1,93%, enquanto a produtividade aumentou 5,31% e o PBI subiu 44,69%. Em Espanha, como cá, as queixas patronais sobre a “baixa produtividade” mascaram a apropriação pelo capital dos acréscimos de produtividade que se têm verificado e mascaram, portanto, o colossal aumento dos rendimentos capitalistas.

Significativamente, o estudo assinala que a tendência de queda da parcela dos salários na riqueza produzida só foi contrariada nos momentos de

confrontação social, fosse no período de transição política de final dos anos 70 (fim do franquismo), fosse no período situado entre as greves gerais de 1988 e 1994.

Um dado importante para perceber o papel que a luta de classes desempenha na repartição do produto do trabalho e na melhoria das condições de vida das massas trabalhadoras.

Manuel Raposo

empurre os custos da crise para cima do capital. Tem, por isso mesmo, sentido contrariar a lógica patronal exigindo trabalho para todos e redução dos horários laborais sem redução de salários. Significa isso lutar contra o aumento da exploração da força de trabalho que está em curso.

Essa é uma das principais exigências que está em causa na greve geral de 29 de Setembro. Aqui e em toda a Europa.

Saibam os trabalhadores de todos os países europeus unir-se em volta de reivindicações de classe comuns e outro galo cantará no respeitante à tão falada saída da crise.

Urbano de Campos

Como a banca se impõe ao Estado

Não provocando surpresa, pois já tem sido numerosas vezes denunciado o papel privilegiado da Banca no contexto do capitalismo português, um recente estudo do economista Eugénio Rosa ajuda a fundamentar as críticas que têm sido dirigidas à Banca, assim como aos diversos governos do capital que com ela pactuam.

Enquanto aumentam os impostos sobre os trabalhadores, diminuem os impostos sobre a Banca. Em 2009, a taxa efectiva de impostos sobre lucros paga pela Banca baixou para 4,3%. Seguem-se algumas passagens do referido estudo.

A Associação Portuguesa de Bancos acabou de divulgar os resultados da banca referentes a 2009. E apesar de os lucros terem atingido 1.725 milhões €, a banca deverá pagar, dos lucros obtidos em 2009, apenas 74 milhões € de imposto (IRS mais derrama), o que corresponde a uma taxa efectiva de imposto de 4,3%. E isto porque a banca conseguiu diferir 201 milhões € de impostos que podem “ser recuperados no futuro se forem gerados lucros suficientes”. E certamente a banca vai gerar lucros suficientes.

Se considerarmos o período 2004-2009, segundo dados divulgados pela Associação Portuguesa dos Bancos, os lucros, antes de impostos, da banca somaram, 13.425 milhões €, tendo o valor dos impostos pagos (IRC mais derrama) atingido apenas 1.740 milhões €, o que corresponde a uma taxa efectiva de imposto de apenas 12,96%. Se a banca tivesse pago a taxa legal, teria sido obrigada a pagar 3.557,6 milhões de euros de IRC e de derrama; portanto, a banca pagou menos 1.818 milhões de euros de imposto do que teria pago se fosse tributada à taxa legal de 26,5% (IRC mais derrama), aumentando mais os seus lucros à custa de impostos não pagos ao Estado.

Mas não é só ao Estado que a banca não paga o que devia pagar. O mesmo acontece em relação aos seus trabalhadores cuja parcela do VAB (riqueza apropriada e a criada pela banca) para eles é cada vez menor. Em 2004, as Despesas de Pessoal da Banca representavam 44,8% do VAB e, em 2009, apenas 36,5%. Se a banca, ao longo do período 2004-2009, tivesse despendido com Despesas de Pessoal a mesma percentagem



do VAB que gastou em 2004 (44,8%) teria gasto mais 2.782 milhões €. E tenha-se presente que nas Despesas com Pessoal estão incluídas muitas outras despesas para além dos salários dos trabalhadores (por exemplo, as elevadas remunerações e bónus recebidos dos administradores, as despesas com transportes etc.).

Portanto, uma parte dos lucros da banca foi conseguida também à custa da redução do VAB utilizado para pagar as despesas com os trabalhadores.

Enquanto o governo, com o apoio do PSD, trata desta forma a banca, e ajuda com avales e mesmo suportando elevados prejuízos de má gestão ou mesmo de gestão danosa, como sucedeu nos casos do BPN e BPP, em relação aos trabalhadores e pensionistas a carga fiscal dispara, agravando ainda mais as suas já difíceis condições de vida.

Só o aumento de 1 ponto percentual na taxa de IRS que incide nos rendimentos tributáveis até ao 3º escalão (17.979 €/ano), e de 1,5 pontos percentuais nos escalões superiores determina

que o valor das retenções feitas aos trabalhadores aumente, por ano, em cerca de 653,7 milhões de euros, sendo 318,2 milhões de euros feitas aos trabalhadores com rendimentos tributáveis até 17.979 €/ano, ou seja, até 1284€/mês, portanto com rendimentos que podem ser muito baixos. Se considerarmos o período que esta medida vigorará em 2010 (7/12), conclui-se que já este ano serão retidos aos trabalhadores, a mais, cerca de 381,3 milhões € só a nível de IRS.

Se somarmos o IVA que se terá de pagar a mais devido ao aumento de 1 ponto percentual nas taxas, incluindo a que incide sobre os produtos e bens de 1ª necessidade – mais 461 milhões € em 2010, e mais 1.155 milhões € nos outros anos, segundo o Relatório de Orientação da Política Orçamental – o aumento da carga fiscal que incide sobre os portugueses é inaceitável quando se continua a assistir a uma situação de verdadeiro favorecimento da banca o que mostra de uma forma clara a subordinação do poder político ao económico.

Pedro Goulart

A escola da Pide

Nas suas andanças jornalista-políciais, a conhecida Valentina Marcelino (do Diário de Notícias) garante que os homens da PJ e do SIS desempenham bem as suas tarefas. Estriba-se nas declarações de dois “especialistas” mundiais em terrorismo islâmico, à margem da Conferência Mundial de Contraterrorismo, realizada no “democrático” estado de Israel. Apesar de não estarem presentes, a eficiência e a colaboração das polícias portuguesas com as polícias internacionais foram salientadas, com conhecimento de causa, por Jean-Louis-Bruguière e Magnus Ranstorp, duas da “estrelas” presentes nesta Conferência. Nem tudo é incompetência em Portugal.

Absolvidos

Em 14 de Julho terminou o julgamento dos 11 detidos em 25 de Abril de 2007, quando levavam a cabo uma manifestação contra o fascismo e contra o capitalismo. Todos os arguidos foram absolvidos de todas as acusações. Assim, o tribunal não deu como provados os actos atribuídos aos arguidos por um Ministério Público quase sempre pronto a dar crédito às polícias e que se podiam enquadrar nos crimes de ofensa à integridade física, injúria agravada, coacção e resistência a funcionário. Faltaria agora levar a polícia a tribunal pela brutalidade da repressão e pelas acusações infundadas.

Quem ganha e quem perde

No último ano, o número de empregados com remunerações líquidas acima de 3 mil euros cresceu 26,7%, diz o Instituto Nacional de Estatística. Trata-se de uma minoria (32 mil pessoas) que não chega a 1% do total dos trabalhadores por conta de outrem. Ao contrário, também no último ano, os que ganham menos de 600 euros (37,4% dos trabalhadores por conta de outrem, perto de 1 milhão e meio de pessoas) viram os seus postos de trabalho diminuir 4,7% (menos 70 mil empregos).

Freeport: uma polémica de superfície

O demorado e controverso caso Freeport, tal como diversos outros casos que podem atingir os políticos, têm dado origem a intensa polémica, nas televisões, rádios, jornais e blogs. Mas, apesar de poucos acreditarem nesta justiça, a polémica gerada, mesmo a provocada por alguma gente de esquerda, geralmente não tem passado da superfície dos problemas. Raramente alguém ousa aflorar a questão da justiça de classe.

A propósito do caso Freeport, o blogue *Jugular* (afecto ao PS) publica, em 6 de Agosto, um *post* de João Pinto e Castro intitulado *Todo o poder ao Soviete do Ministério Público?*, em que, entre outras coisas, diz: “Ao contrário do que afirma o PGR, o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público não age como um partido em defesa dos projectos pessoais de algumas pessoas. Apropria-se indevidamente de um poder que a lei não lhe confere e que exerce em proveito não se sabe bem de quem ou de quê. Por razões compreensíveis, quase todos os políticos temem

ser vítimas das manigâncias do Soviete do Ministério Público; mas, a bem da defesa do regime democrático, chegou a hora de agir, pondo cobro aos desmandos perpetrados por uma pequena clique que mantém o país refém dos seus caprichos (chamemos-lhes assim). Ou nós ou eles.” E, num comentário a este *post*, a conhecida historiadora Irene Pimentel: “é isso, João. Isto agora é a sério. Já durou tempo demais. E os partidos (os partidos à séria) que tomem as suas posições, estamos cá para ver quais vão ser. Eu não votei no tal sindicato, nem nenhum português.”

Como estes nossos políticos de serviço ao sistema parecem ter memória curta! Em geral, indignam-se apenas quando as consequências os atingem. E alguns, como parece ser aqui o caso, não o fazem por ignorância mas sim por pura hipocrisia. Não sabe esta gente que todo o aparelho policial/judicial existente foi montado pela sua classe (a burguesa), de que o PS é parte, para manter as classes trabalhadoras e exploradas na ordem? Admiram-se agora que o monstro que criaram nem sempre

possa cumprir bem a função para que foi criado e, por vezes, resvale, tomando partido por uma fracção ou partido da burguesia contra outros?

A par disto, e ainda a propósito deste caso, os subterfúgios, as justificações e a conversa de alguns magistrados, nomeadamente dos procuradores Pinto Monteiro e Cândida de Almeida, em geral já não nos conseguem indignar – apenas nos provocam náuseas.

Da gente e dos partidos mais à direita do PS nem vale a pena falar (aqui pretendem enterrar o governo de Sócrates), pois o seu empenho na defesa do aparelho policial/judicial é total – quanto mais segurança para os seus bens e pessoas, assim como a necessária repressão sobre os excluídos ou opositores do sistema, tanto melhor.

Por outro lado, algumas críticas surgidas à esquerda do PS geralmente não vão ao cerne do problema. Insistem no “mau funcionamento da justiça”, tomam posição a favor de uns magistrados (que seriam os bons?) contra outros ou fazem-se

apenas eco dos *media* da burguesia. Se estes críticos conseguissem, ainda que momentaneamente, despir-se da sua condição de classe e investigassem um pouco mais o currículo e os interesses desses magistrados talvez tivessem menos certezas. Um tipo “porreiro” ou “honesto”, que se conheceu na escola ou na universidade, uma vez integrado na engrenagem - o aparelho policial/jurídico do estado capitalista – deixa de ser o mesmo, pois tem de se adequar ao que lhe mandam fazer, ao que dele requer o sistema.

É significativo, do nosso ponto de vista, o que se passa nas áreas do PC e do BE, pois aqui é grande o respeito pela “justiça”, quando não o envolvimento de alguns dos seus elementos no aparelho repressivo do Estado. Têm sido várias as afirmações e actos de militantes seus que vão apenas no sentido de “consertar” a ordem jurídica (burguesa) instituída. É de ler, por exemplo, o que tem sido dito pelos deputados António Filipe, João Oliveira ou João Semedo.
Carlos Completo

Casa Pia: sentença para o “lado errado”

Que os agora condenados no caso Casa Pia clamem inocência não admira. O que admira (ou não...) é que toda a comunicação social lhes dê publicidade sem limites. Como que a justificar este alinhamento pelos réus, o director de informação da RTP atreveu-se mesmo a pôr em causa a sentença por não ter produzido, acha ele, uma “certeza serena”!

A campanha é tal que a Entidade Reguladora para a Comunicação Social e a administração da RTP se sentiram na necessidade de vir a terreiro pedir moderação. De facto, é fácil de perceber que, nesta cruzada, os condenados passaram à condição de vítimas e os jovens abusados voltam a ser sujeitos a toda a espécie de calúnias.

A comunicação social, “livre”, que durante o processo sempre teve especial interesse pelos lados sórdidos da questão e pela intriga partidária que podia explorar (mas muito pouco pelo drama das vítimas e nada sobre o quadro social que o permitiu), faz-se agora eco de uma tese de “erro judicial”, do interesse exclusivo dos condenados.

Apesar dos argumentos formais de que “todas as partes” são convidadas a pronunciar-se, a parcialidade tem sido evidente, assistindo-se na prática ao uso, em exclusivo e sem restrição, de páginas, microfones e ecrãs dos meios de comunicação pelos condenados. Quanto mais não seja, em resultado do facto conhecido de que tem mais força e influência quem é mais poderoso – e aí os réus levam sempre a melhor sobre os jovens abusados. É mais um

dos casos em que a igualdade formal dos cidadãos nada pode contra as desigualdades de base que os distinguem. Bastaria reconhecer isto para colocar no devido lugar os protestos dos condenados. Mas sobre isso não pensa a nossa “democrática” comunicação social.

É evidente o propósito dos condenados: neutralizar ou ganhar as boas graças da opinião pública – que desconhece os meandros do processo e tem uma compreensível desconfiança na Justiça – e criar um ambiente de pressão sobre os juizes do Tribunal da Relação que vai julgar os recursos. Carlos Cruz, o personagem mais activo da campanha, além de ter ameaçado revelar mais nomes – como quem diz: se não me inocentam eu falo – chegou ao ponto de se fazer paladino de uma “nova Justiça” para Portugal! Toda esta manobra só tem chegado a milhões de pessoas graças à disponibilidade das televisões e da imprensa.

Independência do poder judicial, Estado de direito, igualdade dos cidadãos perante a lei, e todas as demais declarações de princípios que enchem a boca dos mentores desta nossa sociedade, “democrática e livre” – tudo cai por terra nestas alturas. Para a gente do poder a questão é simplesmente esta: a Justiça tem de funcionar, mas para o “lado certo”; se por acaso funciona, mesmo excepcionalmente, para o “lado errado”, todos os meios servem para corrigir o “lapso”.

Manuel Raposo

Iraque, Afeganistão, NATO

A recente retirada do grosso das tropas norte-americanas do Iraque deve ser vista por dois lados: a situação do Iraque e a situação no Afeganistão. De facto as duas guerras estão estreitamente relacionadas, tanto por serem ambas *made in USA*, como pelo facto de Obama ter feito do Afeganistão a sua "guerra justa". A questão do Iraque não fica resolvida com esta retirada. Desde logo, porque continuam no território 50 mil tropas, com funções de garantir a permanência do governo fantoche e servir de força de recurso se as coisas descambarem. Depois, porque o rasto de destruição e de crimes cometidos nos mais de sete anos de guerra não se apaga – e as indemnizações que são devidas pelos EUA não podem passar à história. Depois ainda, porque o Iraque não voltou a ser um país independente e soberano. E finalmente porque, enquanto os EUA teimarem em excluir as forças da Resistência Iraquiana

de uma solução política, o país não terá sossego.

O Afeganistão é o outro atoleiro do imperialismo norte-americano. E é, neste caso também, um atoleiro da NATO, envolvida até ao pescoço na contenda ao lado dos EUA. Tal como no Iraque, a guerra está perdida e a saída das tropas ocupantes é a única medida sensata. Mas por cada dia mais que por lá ficarem, só cresce o sofrimento das populações e só se degrada mais a situação do país. Abreviar a guerra significa apoiar a resistência afegã e pugnar pela derrota dos EUA e aliados.

Mas há ainda um outro lado da questão que importa referir. A doutrina militar dos EUA que enquadrava os assaltos ao Iraque e ao Afeganistão estabelecia que as suas forças armadas deviam estar preparadas para travar vitoriosamente duas guerras ao mesmo tempo. Neste sentido, as derrotas no Iraque e no Afeganistão representam um revés estratégico para os EUA. Talvez por isso, a nova doutrina,



já da era Obama, estabelece que os EUA devem estar preparados para enfrentar múltiplos desafios em todo o Globo – com o apoio de aliados, o primeiro dos quais é a União Europeia.

Ora, é no âmbito da NATO – reforçada e alargada – que os EUA pretendem agora constituir o aparato militar e policial que lhes permita estender a todo o Planeta os seus tentáculos; e obter assim a força que lhes faltou no Iraque e no Afeganistão. A nova linha estratégica para a

NATO, a ser discutida em Novembro na cimeira de Lisboa, é justamente uma transposição para a Aliança Atlântica dos propósitos agressivos do imperialismo norte-americano.

Se for aprovada, e se for seguida, significará um maior envolvimento dos países membros nas aventuras militares dos EUA, uma maior cumplicidade com os crimes que forem cometidos e um maior dispêndio de verbas em tropas e armamento.

Manuel Raposo

País Basco A paz é possível

O recente anúncio de cessar-fogo efectuado pela organização independentista basca ETA provocou reacções positivas em vários sectores da opinião pública e fez renascer a esperança de uma solução progressista e de futuro para o País Basco.

De destacar a reacção da Esquerda Abertzale (esquerda independentista basca), que considerou a decisão unilateral da ETA, de continuar por tempo indefinido e sem condições a paragem das suas acções armadas, como uma contribuição de valor inquestionável para a instauração da paz e a consolidação de um processo democrático, como enquadramento imprescindível à abordagem de espaços de

diálogo e negociação com vista à resolução definitiva do conflito. E que, em conjunto com o debate e as conclusões de carácter estratégico adoptadas pela EA nos últimos meses, e já plasmadas em documento, se traduzem na abertura de portas a um cenário que permite a superação definitiva da actual realidade de bloqueio, violência, repressão e espezinhamento massivo dos direitos democráticos e nacionais.

Igualmente digna de referência positiva, a declaração do importante sindicato LAB, que considerou que o que a ETA deu a conhecer constitui "em si mesmo um passo importante e positivo na abertura de um novo panorama político em Euskal Herria".

De entre as várias reacções

mundiais, destacamos:

- O perito mediador de conflitos sul-africano Brian Currin avaliou "a magnitude" e "a importância histórica" da declaração da ETA, sublinhando que a decisão de não levar a cabo acções armadas "é incondicional e unilateral", e de a decisão ser "uma consequência da liderança política da esquerda *abertzale* e da vontade expressa pelo povo basco".

- O presidente do Sinn Féin, Gerry Adams, saudou a declaração da ETA e destacou que "tem potencial para pôr um fim definitivo" ao conflito em Euskal Herria. Pediu, também, ao governo espanhol que dê "uma resposta positiva".

Mas, apesar de a própria Comissão Europeia também considerar que a declaração da

ETA oferece, como no passado, "razões para a esperança", e afirmar que irá seguir "de perto" os acontecimentos, o governo espanhol e os partidos espanholistas, particularmente o PSOE e o PP, parecem querer prosseguir na sua prática repressiva contrária aos direitos humanos, continuando alheios ao que de realmente novo se está a passar no País Basco.

As dificuldades de uma saída negociada não serão pequenas, porque está em causa o direito à autodeterminação do povo basco. Mas esperamos de que a sua luta, aliada à das forças progressistas do estado espanhol e à opinião pública mundial, consiga impor a tão necessária saída de paz e progresso para o País Basco.

Carlos Completo

Alemanha O banqueiro terrorista

Thilo Sarrazin passou subitamente do quase-anonimato para o estatuto de símbolo político. Sujeito a procedimentos disciplinares no emprego e no partido, suspenso da direcção do Bundesbank e da militância no SPD, as sondagens atribuem-lhe a capacidade de aglutinar, de um dia para o outro, um “partido de protesto” que saísse do nada para obter, imediatamente, votações na ordem dos 20%. Dir-se-ia que existe uma irreprimível simpatia das massas pelo mártir duma “caça às bruxas”. Mas a realidade é outra.

O “caso Sarrazin” e o potencial para o “partido de protesto” são realidades à primeira vista aberrantes num país, a Alemanha, ainda hoje considerado a locomotiva da Europa e confirmado nesse lugar pelos mais recentes indicadores de recuperação económica. De mão dada com a solidez aparente do capitalismo alemão, anda a estabilidade aparente das instituições – as federais e as estaduais, as partidárias e as sindicais.

Mas a história da Alemanha desde a queda do Muro de Berlim tem o seu reverso. Já nos anos 90 os partidos parlamentares se assustaram com o massivo voto de protesto obtido em cidades decisivas (entre elas Hamburgo) pelo “Staatpartei” (o nome do partido não afugentou o eleitorado: uma das suas traduções é “em-vez-de-partido”). Derreteu-se logo, como a neve ao sol, mas nem por isso era menos sintomático duma fragilidade que carcomia o velho establishment partidário.

Depois, veio um fenómeno com mais raízes: Die Linke, o novo partido da esquerda, que se tornou e ainda é hoje um sério concorrente da social-democracia tradicional (SPD). Rapidamente, o SPD tratou de cooptar esse concorrente para governos estaduais, como no Land de Berlim. Todos juntos desmantelaram serviços públicos, cortaram regalias sociais e destruíram postos de trabalho. A impopularidade da

política conduzida em nome das esquerdas manteve a chama dos grupos neo-nazis, sempre prontos a semear a sua demagogia no terreno fértil do desespero social.

Nesse governo berlinense, Sarrazin era um dos ministros social-democratas, com o pelouro das Finanças, e saiu dali em Abril de 2009 para a direcção do banco central com a fama e o proveito de ter batido todos os records de desmantelamento do “Estado social”. Mas isso não o inibiu de escrever um livro bombástico com o título “A Alemanha desmantela-se” [Deutschland schafft sich ab].

A tese do livro descreve um país que estupidifica por acolher demasiados imigrantes muçulmanos e por não produzir suficientes crianças alemãs “autênticas” – a estafada tese da “bomba demográfica” islâmica. Para Sarrazin, o islamismo é uma religião que encoraja os seus fiéis ao atraso cultural, à ghettoização e ao parasitismo: “Não tenho de reconhecer alguém que vive do Estado, que recusa esse Estado, que não trata devidamente da educação das suas crianças e que está constantemente a conceber mais miúdas com lenço na cabeça”.

Essa tese vem ao encontro da política do Governo Merkel, que desmantela, ele sim, o “Estado-providência”, e, ao mesmo tempo, culpa pela catástrofe social os beneficiários das últimas migalhas conquistadas no pós-guerra. Como em toda a Europa, e como o seu



antecessor social-democrata, o Governo Merkel vive em estado de alerta contra os abusadores reais ou imaginários do subsídio de desemprego ou do rendimento mínimo.

Ao estereótipo do abusador, calha bem acrescentar-lhe o do estrangeiro parasita, que Merkel amplamente cultivou na sua campanha contra o despesismo “dos gregos”. E, se o preconceito xenófobo for temperado com islamofobia, q.b., então é jackpot. Isso nota-se mesmo em críticos de Sarrazin, como o Ministro do Interior, Thomas de Maizière, que calculou em 15% (onde terá ido buscar essa estimativa?) a percentagem dos imigrantes “objectores à integração”. A política do Estado é obrigá-los a fazer “cursos de integração” ou “testes de naturalização”.

Não surpreende, portanto, que Sarrazin tenha durante tanto tempo nadado com a corrente dos partidos institucionais. E, mesmo depois da publicação do seu breviário islamófobo, o banqueiro terrorista não teve só a defendê-lo os energúmenos neo-nazis do NPD no parlamento saxão: teve também um democrata-cristão como Günter Krings ou correligionários social-democratas como o autarca de Hamburgo, Klaus von Dohnanyi,

ou o ex-chanceler Helmut Schmidt.

O que poderia surpreender era que um porta-voz tão sensível dos lugares-comuns caseiros e taberneiros (em alemão: Stammtisch) fosse finalmente ejetado dos seus assentos no banco e no partido. Mas Sarrazin cometeu um erro: além de fustigar o carácter retrógrado e anti-social do islamismo pôs-se, a certa altura, a emitir teorias pseudo-científicas. E falou na “herança genética” dos judeus (deu também o exemplo dos bascos).

De pouco lhe serviu, depois, a atabalhoada justificação de que apenas se referia a uma herança genética “positiva”. O mal estava feito e a conotação com o nazismo era indissfarçável. O anti-semitismo islamofóbico tinha deixado de fora o seu rabo de anti-semitismo judeofóbico, portanto politicamente incorrecto e doravante não frequentável. Cheios de pena, os seus confrades tiveram de indicar-lhe o caminho da porta.

Porque a “popularidade” de Sarrazin era, antes de mais, um fenómeno palaciano e oligárquico, não um verdadeiro entusiasmo popular por esse demolidor das regalias sociais existentes.

António Louçã



A expulsão dos ciganos de França

Uma política securitária assente num longo passivo racista

“Os ciganos são todos ladrões” – é com fundamento neste preconceito, neste estereótipo, que o governo francês actua desde o início do Verão. A política de expulsões em massa é sustentada por sentimentos profundamente enraizados na sociedade contra os ciganos. Na Europa, os ciganos foram sempre alvo de dois tipos de política: a rejeição, a expulsão, o extermínio (sob Luís XIV, eram enviados para as galeras) ou a assimilação forçada e, consequentemente, a sua anulação cultural (a sedentarização forçada praticada por José II da Áustria).

Em França, os ciganos aparecem na Idade Média, e desde então foram perseguidos, incompreendidos, atingindo-se o paroxismo da ira durante a Segunda Grande Guerra, quando, a partir de Abril de 1940, ainda antes da invasão alemã, foram construídos campos de “concentração” para acolher os então denominados “gitans” (e não Roms, como actualmente).

É neste longo passivo que hoje se apoia o governo francês para transformar os ciganos no alvo principal e privilegiado da sua nova política securitária. Desta forma, foi pedido aos prefeitos (chefes de departamento, espécie de governadores civis) para destruir 300 acampamentos ilegais até finais de Outubro 2010 e de enviar para a Roménia e a Bulgária os seus ocupantes. A cada adulto expulso são entregues 300 euros, mais 100 euros por criança, quantia para apoio à saída; medida inútil porque dois terços regressam passada uma semana.

No clima actual, reina o sentimento de que a França foi invadida por ciganos, quando são unicamente 15 mil ... – contra 700 mil em Espanha, 342 mil em Itália e 300 mil na Grécia. A população francesa está longe de condenar este tipo de procedimentos,

porque sondagens recentes revelam que mais de 48% é favorável à sua expulsão. Cada um é confrontado com o seu medo dos outros, com o medo da diferença. O governo cavalga esta onda de sentimentos larvares, atizando o fogo com discursos como aquele em que Nicolas Sarkozy refere as “as grandes cilindradas que puxam os atrelados” – e a sua intenção de enviar inspectores fiscais para verificar as situações.

Inquieto com os acontecimentos, o Parlamento Europeu adoptou, no passado dia 9 de Setembro, uma resolução em que pede a Paris a suspensão das expulsões, sublinhando o seu carácter inaceitável. O ministro da imigração, Eric Besson, replicou que a suspensão desta política está fora de questão. A bola está agora nas mãos da Comissão Europeia que poderá apelar ao Tribunal de Justiça Europeu.

A dois anos das presidenciais, Nicolas Sarkozy e o seu governo voltam a apostar naquilo que lhe garantiu a eleição de 2007, a política securitária; a apostar nos medos inconfessáveis e bem escondidos no fundo da sociedade francesa, que esperam somente pela tranquilidade da cabina de voto para voltarem à superfície.

François Pechereau

Diário de bordo

O BPN que foi nacionalizado vai ser reprivatizado. O Estado vai perder muitos milhões. Quem vai ganhar com o negócio?

A impunidade do capitalismo tóxico, de casino e de offshores que fez falir o banco!

A banca privada teve 3 milhões de euros de lucro diários e só pagou 6% de impostos.

Que engenharia financeira e fiscal foi esta, ministro Teixeira dos Bancos?

Durão Barroso na UE, Vítor Constâncio no BCE, Guterres e Sampaio na ONU, Cravinho no BERD, Ferro Rodrigues na OCDE - e o país a definhar na cauda da Europa. Portugal não vive do prestígio destes políticos e economistas fugitivos.

As reformas vitalícias dos políticos que custam milhões ao Estado são uma imoralidade face à miséria social crescente do país.

A nova lei sobre o Rendimento Social de Inserção, historicamente defendida pelo CDS e aprovada pelo PS/PSD, vai agravar a pobreza em Portugal.

O PIB é um depauperado bolo confeccionado pelo trabalho que apenas come um terço do seu conteúdo. O capital parasitário e boçal devora sofregamente dois terços do pobre bolo.

Portugal está em polvorosa com a crise capitalista. O povo é explorado, está cansado e pode fazer explodir o país com um simples fósforo.

A revolta popular é um aviso sério que vem de Moçambique. Lá, como cá, quem está a pagar a factura da crise capitalista são os pobres.

Fernando Barão

DITO

As ideias dominantes de uma época sempre foram as ideias da classe dominante.

*Karl Marx
Manifesto do
Partido Comunista*